



REFORMA AGRÁRIA, TRABALHO COOPERADO E EMANCIPAÇÃO HUMANA NO ASSENTAMENTO OLGA BENÁRIO EM SANTA TEREZA DO OESTE/PR.

Marilene Hammel¹
Djoni Roos²

RESUMO

Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado em Geografia que está sendo desenvolvida junto ao assentamento Olga Benário, localizado no município de Santa Tereza do Oeste, mesorregião Oeste do Paraná. A referida pesquisa analisa o processo de resistência camponesa e a organização do trabalho cooperado. O objetivo principal é abordar a existência e a resistência dos camponeses ligados à luta pela terra, por meio do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, compreendendo como estes consolidam aprendizados individuais e coletivos, diante da superação dos desafios no processo de organização do trabalho. Para o presente trabalho, busca-se problematizar as tensões e contradições que contribuíram para que as camponesas e os camponeses do assentamento supramencionado se forjassem como sujeitos políticos e protagonistas da formação humana, individual e coletiva no cotidiano, possibilitando a eles afirmar-se como sujeitos coletivos e políticos. Mesmo com desafios estruturais, a criminalização, o preconceito e a preocupação com a sucessão geracional evidenciam que a luta camponesa, organizada de forma cooperada, se constitui em um espaço formativo e de resistência, apontando para possibilidades de transformação das relações sociais internas neste território. A metodologia se assenta no estudo de referências teóricas que abordam a questão agrária, a formação humana e a cooperação como prática social; na pesquisa qualitativa; nos registros em caderno de campo, em arquivos institucionais e nas entrevistas em círculos de debates.

Palavras-chave: Luta pela Terra, Organização Coletiva, Campesinato, MST, Questão Agrária.

RESUMEN

Este trabajo hace parte de la investigación de maestría en Geografía que está siendo desarrollado juntamente al asentamiento Olga Benário, ubicado en el municipio de Santa Tereza do Oeste, mesorregión Oeste de Paraná. La investigación mencionada analiza el proceso de resistencia campesina y la organización del trabajo cooperativo. El objetivo principal es abordar la existencia y la resistencia de los campesinos vinculados a la lucha por la tierra, por medio del Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra, comprendiendo como estos consolidan aprendizajes individuales y colectivos frente a la superación de los retos en el proceso de organización del trabajo. Para el presente trabajo, se busca problematizar las tensiones y contradicciones que contribuyeron para que las campesinas y los campesinos del asentamiento antes mencionado se forjaron como sujetos políticos y

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon. Bolsista CAPES: marilene.hammel@unioeste.br;

² Professor nos cursos de graduação e pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Marechal Cândido Rondon. Membro do Laboratório de Geografia das Lutas no Campo e na Cidade (GEOLUTAS): djoni.roos@unioeste.br.



protagonistas de la formación humana, individual y colectiva en el cotidiano, posibilitándoles afirmarse como sujetos colectivos y políticos. Aún con los retos estructurales, la criminalización, el prejuicio y la preocupación por la sucesión generacional evidencian que la lucha campesina, organizada de manera cooperativa, se constituye en un espacio formativo y de resistencia, señalando posibilidades de transformación de las relaciones sociales internas en este territorio. La metodología se fundamenta en el estudio de referencias teóricas que abordan la cuestión agraria, la formación humana y la cooperación como práctica social; en la investigación cualitativa; en los registros en cuaderno de campo, en archivos institucionales y en las entrevistas en círculos de debate.

Palabras clave: Lucha por la Tierra, Organización Colectiva, Campesinado, MST, Cuestión Agraria.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a posse e o uso da terra são marcados por conflitos, decorrentes da grilagem e da expulsão da terra, em primeiro momento dos povos originários, e na sequência histórica dos posseiros, lavradores e camponeses em geral. Esta somatória de fatos consolidou a concentração da terra e do modelo agrícola capitalista no campo brasileiro.

A negação do acesso e permanência na terra aos sujeitos sociais que a ela pertencem e que dependem dessa relação para sua existência gerou resistência, que se manifestou em diferentes formas de luta em busca de retomar tal acesso.

É neste contexto que, na década de 1980, surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra como uma das principais organizações de luta pela terra e pela transformação social, consolidando-se assim também como um educador e formador social. Compreendendo os elementos da resistência camponesa, é possível reconhecer que a luta pela terra ultrapassa a dimensão econômica e se constitui num processo formativo emancipatório, nos quais homens e mulheres se forjam como sujeitos políticos e com identidade coletiva.

Na presente pesquisa, o trabalho cooperado assume um papel central, não apenas como geração de renda, mas como uma prática social e pedagógica que rompe com a lógica individualista e permite a possibilidade de construção de novas formas de sociabilidade e de organização do trabalho, tornando-se uma ferramenta de enfrentamento aos preconceitos e problemas locais. Pela presente pesquisa, em desenvolvimento junto ao assentamento Olga Benário, entende-se que este representa um espaço de existência e resistência dos camponeses, constituindo-se em um território reconhecido pela forma organizativa dos camponeses.



O objetivo central dessa pesquisa é analisar como as famílias assentadas vinculadas ao MST³ enfrentam as contradições impostas nesta realidade e buscam construir práticas formativas organizativas para possibilitar a sua permanência na terra, afirmando assim a identidade coletiva de sujeitos Sem Terra e quais são os aprendizados que vão sendo consolidados neste processo. Tais objetivos estão sendo alcançados embasados nas concepções da pesquisa qualitativa, pois “não é apenas o investigador que tem a capacidade de dar sentido ao seu trabalho intelectual. Todos os seres humanos, em geral, assim como grupos e sociedades específicas, dão significado a suas ações e a suas construções.” (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2007, p. 3)

A relevância da pesquisa reside na necessidade de visibilizar as experiências e os potenciais organizativos das camponesas e camponeses, como forma de contrapor ou negar a lógica hegemônica afirmada pelo agronegócio. Buscando alternativas de organização e de vida no campo, a Casa de Massas Olga Benário, uma agroindústria criada, organizada e mantida de forma cooperada pelas camponesas e pelos camponeses do assentamento, evidencia que a produção camponesa e a organização do seu trabalho vão além da geração de renda. Ela constitui-se em um processo formativo de resistência e de emancipação humana, disputando narrativas em um território que tem buscado construir uma legitimidade social. Assim, busca-se contribuir para a compreensão da luta camponesa como parte da questão agrária brasileira, mostrando que a formação humana e as mudanças não acontecem de maneira abstrata; elas acontecem no cotidiano, na resistência, no enfrentamento e na busca de superação de forma coletiva vivenciada pelos camponeses e pelas camponesas em diferentes espaços do campo brasileiro.

METODOLOGIA

A metodologia do presente trabalho está assentada no levantamento bibliográfico sobre a temática, na investigação documental junto à Casa de Massa e Associação do Assentamento Olga Benário, nos registros de dados e informações em caderno de campo a partir das atividades realizadas in loco, além da vivência e diálogo cotidiano com os assentados, buscando alcançar as três etapas da pesquisa qualitativa: a fase exploratória, o

³ A partir deste ponto, quando se referir ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, será utilizada a sigla MST.



trabalho de campo, análise e tratamento do material empírico documental (DESLANDES; GOMES; MINAYO, 2007).

Especificamente em relação à coleta de dados empíricos, para a presente pesquisa foram organizados roteiros semiestruturados de entrevistas com questões abertas e fechadas, os quais foram aplicados por meio da técnica de círculos de debates e algumas entrevistas aplicadas de forma individual. Nestes, priorizou-se a participação das pessoas que estão envolvidas desde o início (ano de 2009) na construção da Casa de Massas Olga Benário. Tais procedimentos têm permitido sistematizar dados e informações que possibilitam vislumbrar o processo formativo vivenciado por estes sujeitos, bem como analisar quais são as inquietações que cerceiam essa construção. Algumas os acompanham desde o início, outras ganham corpo e até mesmo desaparecem conforme o movimento da realidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO: AÇÃO CONCRETA QUE POSSIBILITA MUDANÇA.

O MST é um movimento social que, neste ano de 2025, completou quarenta e um anos de existência, tornando-se a organização camponesa mais longeva da história brasileira. Denomina-se um movimento popular, de massa, com importante intervenção política na sociedade brasileira. Essa capacidade é impulsionada por três grandes objetivos, que são cuidadosamente entrelaçados nas ações realizadas por esta organização: Lutar pela Terra; Lutar por Reforma Agrária e Lutar por Transformação Social. Porém, por mais longo que seja este movimento, e mesmo sendo herdeiro de outras organizações camponesas que lhe antecederam no processo histórico, em diferentes formas de lutas, em diferentes movimentos, expressam uma só reivindicação: o acesso e permanência na Terra. Mesmo sendo essa uma resistência histórica, ainda enfrenta dificuldades estruturais, políticas e econômicas, que impedem a sociedade de entender a Reforma Agrária como uma ação necessária.

Enquanto um conjunto de países realizou (entre o final do século XIX e no século XX) processos de democratização do acesso à terra, possibilitando a vida e existência do campesinato e impulsionando a indústria local, a classe capitalista brasileira realizou o processo inverso. Ou seja, intensificou o monopólio da propriedade da terra, expulsando os camponeses do campo e os transformando em força de trabalho barata e descartável perante o contexto de reprimarização da economia brasileira, fortemente comandada pelo capital internacional (MARTINS, 2010).



Esta questão é elementar para compreender o percurso histórico da questão agrária brasileira e as disputas pelo controle do território nacional. Na atualidade, exemplar deste processo é o Congresso Nacional Brasileiro, composto por expressiva maioria de parlamentares vinculados à chamada “Bancada Ruralista”, que legislam na defesa dos interesses dos proprietários fundiários, criando mecanismos constitucionais para a legalização e manutenção da concentração da terra e o avanço do capital financeiro sobre o campo brasileiro (MITIDIERO; MOIZÉS; MARTINS, 2020).

Outro fator emblemático na atualidade é a força da publicidade em torno do *slogan* identitário criado na terminologia “agro”, referindo-se ao modo de produção de monocultivo em larga escala, o agronegócio, colocando a maioria dos cidadãos no engodo de sentirem-se parte desta identidade. Internalizando na população uma pertença identitária, sem ao menos analisarem e conhecerem qual é a relação deste *marketing* com o seu cotidiano. Poucos analisam que o agronegócio é uma atividade econômica voltada para o mercado externo, que não produz alimentos para a população local, regional e nacional. Trata-se de atividade mercantil que não se preocupa com os impactos socioambientais ocasionados por meio da sua prática de cultivo. Conforme exposto em uma das inúmeras propagandas que disseminam esse ideário, esta frase é transmitida aos ouvintes por meio das publicidades radiofônicas: “o agro planta o que o mundo quer colher”⁴. Referindo-se à força do agronegócio para servir às demandas mundiais, porém, o que acontece de fato é o agronegócio percebendo as oportunidades de exploração e acumulação de capital além-fronteiras.

Esses elementos estruturais que compõem a questão agrária brasileira devem ser considerados para compreender que, mesmo com tanta organização e luta dos camponeses, a reforma agrária não se torna centralidade nas políticas do país. São os sujeitos camponeses, que, expulsos do campo pelo processo de negação de sua existência, se organizam e se transformam em protagonistas na resistência, nas lutas, nas conquistas, superando os obstáculos, os preconceitos políticos e econômicos que os cercam cotidianamente. Ou seja, é na ação construída coletivamente e cotidianamente pelos camponeses e camponesas que a Reforma Agrária conquista espaço no debate político brasileiro. Ações que iniciam na decisão de participar de um ato coletivo: a ocupação da terra. Tal ato tem um papel social decisivo, pois denuncia e questiona a concentração da terra no país.

A ocupação da terra é um dos principais momentos do protagonismo da formação humana, possibilitando ao indivíduo reconhecer-se quanto a sujeito coletivo político.

⁴ Programa Bom Dia, União. Rádio União FM 90.3 Toledo/PR – Brasil.



Camponesas e camponeses que se reconhecem privados do acesso à terra buscam afirmar sua existência, reivindicando o acesso a ela por meio da ocupação.

A ação de ocupar uma terra representa para o trabalhador ou trabalhadora que não tem terra o momento de reação contra essa condição social e a sua saída do anonimato e, de um dia para outro, passa a ter um segundo nome próprio, sem-terra, pelo qual certamente será chamado com mais frequência do que foi o primeiro. Se fosse uma ação individual isolada, seria tratada como criminosa, como se trata de uma ação coletiva organizada, que exige que a sociedade tome uma posição. (CALDART, 2004, p. 167).

Na maioria das vezes, a posição que a sociedade em geral toma ainda é uma posição de criminalização, de negação à existência do conflito agrário no país. Posição esta que é embasada e reforçada nas forças legislativas do país. Conforme já mencionado, a representação que há entre os parlamentares em defesa dos interesses fundiários e do agronegócio está presente nas diferentes esferas estatais. Tais ações são palpáveis e de fácil percepção, conforme analisado nas leis criadas e sancionadas nos estados da Região Sul do país. Neste ano, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina, seguida da Assembleia Legislativa do Paraná, aprovaram e os respectivos governadores sancionaram leis que criminalizam a ação de ocupação de terra, defendendo a propriedade privada. A lei 19.226/2025, intitulada “Abril Amarelo”, no estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. O Abril Amarelo tem como objetivo:

- I – Promover campanhas de conscientização quanto à comunicação das autoridades policiais no caso de avistar movimentações de invasão de propriedades privadas;
- II – Conscientizar a população sobre a importância da união de proprietários de terra, produtores vizinhos, amigos e família para montar acampamento permanente para evitar a invasão. (SANTA CATARINA, 2025).

No estado do Paraná, a lei 22433/2025, intitulada “Abril Verde a Amarelo”, segue o mesmo percurso de defesa dos recursos fundiários e seus proprietários.

Art. 2º O Abril Verde e Amarelo tem como objetivos:

- I - Promover campanhas de conscientização sobre a importância da comunicação imediata às autoridades policiais em caso de movimentações de invasão de propriedades privadas;
- II - Incentivar a cooperação entre proprietários rurais, produtores vizinhos, amigos e familiares, com o objetivo de fortalecer a vigilância comunitária, compartilhar informações sobre segurança e implementação de medidas coletivas de prevenção contra invasões;
- III - Divulgar medidas preventivas para auxiliar os proprietários, como treinamentos para gestão de crises em caso de invasões, recomendações sobre a instalação de sistemas de segurança e orientação sobre a regularização da documentação da propriedade;
- IV - Reforçar o conhecimento da população sobre os dispositivos constitucionais e infraconstitucionais que garantem o direito à propriedade privada e os meios legais para defesa contra invasões;



V - Sugerir a implementação de um canal de atendimento para receber denúncias para prevenção de invasões de propriedades privadas, facilitando o encaminhamento das informações ao Programa Patrulha Rural Comunitária da Polícia Militar. (PARANÁ, 2025).

Tais iniciativas deixam clara a oposição ao “Abril Vermelho⁵”, como é conhecida a Jornada Nacional de Lutas, organizada em todos os estados brasileiros, com o objetivo de reafirmar a centralidade da luta pela terra no Brasil e a importância de implantar um projeto de Reforma Agrária para desenvolver o campo, produzir alimentos saudáveis e combater a fome. Estas ações do Abril Vermelho se concentram, especialmente no dia 17 de abril, Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária⁶, pois é uma forma de não silenciar o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996 e que vitimou 21 camponeses.

A forma de legislar, em favor dos proprietários de terra, conforme exemplificado nos estados do Paraná e Santa Catarina, se apresenta também nos municípios, sendo esta uma das primeiras barreiras encontradas pelas famílias que ocupam a terra, na escala local. O município, por meio do poder executivo e legislativo, utiliza-se de todas as artimanhas, mascaradas de legalidade, para dificultar a vida das famílias na ocupação. Posteriormente, quando a área é desapropriada e se torna assentamento, continua sendo este o primeiro espaço em que as famílias precisam reivindicar acesso à saúde, à educação, à infraestrutura de circulação, entre outros. Eis aí um dos momentos em que é necessária a superação e o aprendizado. Superação para poder reivindicar um direito constitucionalmente garantido e aprendizado para perceber-se parte de uma identidade coletiva, aglutinando forças para a negociação e resistência.

Os camponeses e camponesas, que ocupam a terra e aos poucos vão constituindo este espaço em território camponês, estão protagonizando essa ação de superação pessoal. É por meio das ações coletivas que se fortalecem e cotidianamente vão enfrentando o posicionamento da sociedade, sendo essa uma superação coletiva, mas que depende de decisões individuais para transformar-se em coletivas. No decorrer do tempo, olhares externos a este processo visualizam as atitudes individuais e as atribuem à identidade coletiva. Esse é um ponto fundamental do processo de formação, pois exige a compreensão individual em assumir a identidade coletiva, propondo-se a zelar pela mesma. Tal reconhecimento independe de idade, gênero, religiosidade, escolaridade, grau de envolvimento no processo organizativo, sendo que todas as pessoas que fazem parte de uma ocupação são identificadas

⁵ Identidade atribuída pelos meios de comunicação ao se referirem às ações realizadas pelos Movimentos Sociais e Via Campesina Brasil nos meses de abril.

⁶ Decreto nº 10.469/2002 sancionado pelo presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.



como Sem Terra. Reside nisso a importância de estes sujeitos se compreenderem, perceberem-se enquanto sujeitos coletivos que precisam zelar e construir essa identidade que agora lhes pertence. Este momento exige a necessidade da superação interna (individual) e externa (coletiva).

Concomitante à aceitação e construção da identidade coletiva, acontece a transformação do espaço ocupado em um território camponês. Segundo Fernandes (1999, p. 241), “o assentamento é o território conquistado, é, portanto, um novo recurso da luta pela terra, que significa parte das possíveis conquistas, representa sobretudo a possibilidade da territorialização”. Pois, com a garantia de que permanecerão neste espaço, conseguem alimentar a identidade coletiva, que vai além dos sujeitos, mas abrange também o local. Esse é o espaço em que as famílias vão tecendo suas lutas cotidianas, sejam elas de cunho familiar ou coletivo.

É neste contexto, de conflitos, de contradições, de avanços e recuos que aparecem, conforme a realidade de cada território, que são forjados os sujeitos, homens e mulheres capazes de buscarem coletivamente o avanço da consciência social, possibilitando o processo de formação humana.

A formação humana não é um tema da atualidade do MST. Ao longo dos quarenta e um anos de existência do Movimento, esta é uma das questões que mais teve preocupação e cuidado por parte da organização, pois a luta pela terra, pela reforma agrária e pela transformação social só será possível de concretização com camponeses e camponesas que vão forjando-se como um novo sujeito social, que emana do seio de sua organização.

O processo por meio do qual as possibilidades presentes já na gênese e na criação do Movimento foram se tornando realidade concreta na formatação da organização MST, e na formação de cada sem-terra como sujeito desta organização, e da sociedade como um todo, constitui-se como essencialmente educativo, fazendo do Movimento um sujeito de formação humana (CALDART, 2000, p. 105-6).

Compreendendo formação humana como a capacidade das pessoas de analisarem a realidade em que estão inseridas, suas forças motrizes, percebendo-se enquanto sujeito inerente a ela, apontando e fazendo parte das ações que possibilitem acontecer as mudanças necessárias, conseguindo assim, alterar elementos da realidade, gerando melhorias sociais, ambientais, políticas e econômicas. Sendo esse um movimento contínuo de inquietação, análise, ação, reações e mudanças.

É na ocupação da terra, na consolidação do assentamento, na luta por moradia, por educação, pela saúde, pelo direito de produzir seu alimento e sua renda e tantas outras lutas



enfrentadas pelo sujeito Sem Terra, que vão lhe proporcionando conhecimentos e lapidando a sua consciência.

O espaço de luta e resistência é, por conseguinte, o enfrentamento à ordem estabelecida e o dimensionamento da luta para a sociedade. São as ocupações, as manifestações, os acampamentos, a negociação, ou seja, o embate direto dos camponeses, questionando a sua expulsão e reivindicando a sua (re)criação por meio do acesso à terra. Portanto, a luta nos movimentos contribui para que os camponeses conquistem, criem e recriem espaços, ampliem sua consciência e, nesse processo, se façam reconhecer como sujeitos. (ROOS, 2010, p. 112)

Os camponeses em luta no MST vão se construindo nesta simbiose. Ao mesmo tempo que elevam o seu conhecimento, são capazes de elevar a pauta de luta do próprio MST, pois, empoderados de conhecimento, qualificam suas ações no próprio movimento da realidade, ampliando a capacidade de avançar nas ações conforme as necessidades da base camponesa e, conseqüentemente, da sociedade. É por meio deste avanço, do diálogo com a realidade, que vão, aos poucos, rompendo as visões e posicionamentos da sociedade que os criminaliza. Como afirma Roos (2010, p. 108) “É nesse processo contraditório que são forjados os sujeitos da luta pela terra, ou seja, existe um processo de afirmação, negação, aprendizado e resistência nos movimentos sociais”.

Processo este que possibilita a materialidade necessária para os camponeses e camponesas se reconhecerem como classe camponesa. Ao travarem as lutas sociais, percebendo-se enquanto sujeitos políticos, reconhecem-se enquanto parte desta classe, ao afirmarem sua existência social, frente ao processo que busca negá-los ou criminalizá-los. Dialogando com Freire (1987, p. 40) “Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se inserem nela criticamente”. Essa inserção possibilita a continuidade da luta de forma crítica e propositiva, pois a relação entre realidade e sujeitos vai tornando-se mais estreita, possibilitando maior capacidade de intervenção.

Ao permanecerem em luta, os camponeses se colocam como classe social, mostrando que a sua existência vai além do acesso à terra. É necessário manter-se organizado, em constante formação, para avançar nas mudanças políticas e sociais que almejam.

AVANÇOS E RETROCESSOS NA CONSTRUÇÃO DA MUDANÇA.

O assentamento Olga Benário faz parte deste contexto da luta do MST. As camponesas e camponeses que hoje vivem neste assentamento passaram e passam pelo processo de formação humana. Enfrentaram a visão de criminalização por parte da sociedade e do poder local por meio da resistência, crença e persistência na possibilidade de mudanças.



Ao ocuparem a área de 91,5 hectares, que estava sob posse da Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL) no município de Santa Tereza do Oeste, no estado do Paraná, em maio de 2003, as famílias estavam ocupando uma terra pública, que na época mantinha somente uma estrutura de retransmissão composta por prédios e antenas que utilizavam área menor a 01 hectare. O restante da área encontrava-se coberta por uma antiga pastagem de Braquiara abandonada, o que indicava o uso desta para criação de gado por parte das famílias dos funcionários da empresa, que moravam neste espaço em anos anteriores. Portanto, era um espaço que não cumpria sua função. A Imagem 1 ilustra a utilização da área antes do assentamento.

Imagem 1 – Área do assentamento Olga Benário com pastagem de Braquiara, resquícios da antiga utilização do espaço - 2007.



Fonte: Imagem cedida pelo assentado Eduardo Rodrigues. Arquivos pessoais.

Ao chegarem em um cenário conforme demonstrado na foto, as famílias com pouco ou nada de recursos financeiros encontraram uma terra degradada, onde precisavam se organizar para viver e sobreviver neste espaço. Assim sendo, os primeiros espaços que procuraram apoio foram na escala local, na prefeitura, porém esta não lhes concedeu apoio, mas buscou cooptar lideranças por meio de recompensas pessoais, desde que as famílias se retirassem do local, prática recorrente em diferentes ocupações no estado e no país. Sendo este um dos momentos em que é necessário haver conhecimento, clareza de classe e coerência com os objetivos coletivos. São momentos como este que os camponeses percebem-se pertencentes a



uma coletividade e, por isso, mesmo as ações individuais devem somar-se nas conquistas do grupo e não na esfera individual.

Intrínseca às contradições da realidade está a possibilidade de superação e formação humana. Desde o momento da ocupação e da resistência na área, as famílias do Olga Benário buscaram compreender a realidade à luz das questões políticas e sociais externas ao seu cotidiano. Foram construindo a compreensão coletiva de que os acontecimentos locais têm reflexo direto de acontecimentos regionais, estaduais e até mesmo federais. Ou seja, as ações locais não são isoladas e nem desvinculadas de um projeto de sociedade.

Com essa compreensão, que é lapidada no cotidiano, por meio dos avanços e retrocessos impostos pela realidade e pelas relações sociais, as famílias foram se fortalecendo e construindo o assentamento, transformando-o em território de vivência e resistência camponesa.

Um dos pilares significativos que possibilitou essa construção foi a organização do trabalho de forma cooperada, por meio da constituição, no assentamento, de uma agroindústria de pães e macarrão, intitulada Casa de Massas Olga Benário. Embasados no conhecimento e na organização do MST e na experiência de outros assentamentos, que compreenderam a necessidade de desenvolver a agroindústria e a cooperação entre as famílias, dando os primeiros passos nesta construção. O ponto de partida tinha como objetivo central a organização do trabalho para melhorar a renda das famílias, mas logo no início, os camponeses e camponesas enfrentaram barreiras que possibilitaram a eles constatar a importância da articulação com entidades locais pertencentes à sociedade organizada para manterem-se existindo e resistindo, e assim procederam.

Um momento emblemático nesta construção foi quando o trabalho passou a ser realizado num espaço que foi construído para ser a sala de aula das crianças do acampamento Terra Viva⁷ e, por não estar mais cumprindo esta finalidade, as mulheres passaram a utilizá-lo para fazer pão, pois precisavam superar as formas individuais de produzir e o único espaço disponível era este. O referido espaço passou a ser o local de organização do trabalho coletivo até que, no mês de agosto do ano de 2011, as mulheres estavam organizadas para a produção e receberam a visita de membros da vigilância sanitária do município que, ao invés de trazer informações e aportes para a continuidade da produção, fecharam o espaço, pois, segundo

⁷ Famílias que estavam acampadas na área coletiva do assentamento, devido a terem sofrido despejo de uma área próxima ao assentamento.



eles, o local era impróprio. Esse foi um dos momentos marcados pelo apoio externo da comunidade, conforme depoimento de uma camponesa:

Quando a vigilância sanitária do município veio e fechou nosso espaço de produção, sem oferecer alternativa ou apoio por parte da administração e suas secretarias, nós fomos atrás dos sindicatos, igrejas, professores, deputados próximos. E conseguimos, aí, quando a prefeitura viu que não tinha mais como nos barrar, pois estava ficando muito feio para eles, ofereceu apoio também, de forma tímida, mas não deixou de ter sua importância. (Isoleide⁸ – camponesa trabalhadora da Casa de Massas Olga Benário).

A chegada das famílias camponesas de forma organizada em seus processos de representação coletiva, muitas vezes, gera desconforto nos espaços de poder local, pois estes, no cotidiano, se acostumaram a receber individualmente e de forma pontual as reivindicações. Atender às demandas de forma coletiva causa estranhamento nas administrações locais e exige reorganização da forma de tratamento e resposta para as reivindicações apresentadas, pois estas nem sempre são pontuais, exigindo também ações estruturais. Como foi o caso da casa de massas, que demandava respostas estruturais da escala local (poder público municipal), que nunca tinha contribuído no processo de consolidação de uma agroindústria rural de base camponesa.

Ao se depararem com a recusa de apoio por parte da administração municipal e, no período anterior, terem vivenciado tentativas de cooptação, as famílias experienciaram de forma concreta a contradição histórica da luta pela terra: de um lado, o Estado e sua representatividade, aliada ao latifúndio e às elites, e, do outro, famílias camponesas que buscam o acesso à terra e condições para manterem-se nela. As camponesas e camponeses, ao darem continuidade à forma de organização, de reivindicação e até mesmo de denúncia, possibilitaram o avanço na compreensão mais detalhada dos processos que precisariam superar para alcançar os objetivos que estavam traçando.

Ao analisarem o percurso percorrido, as famílias apontam que as conquistas obtidas até então, todas sem exceção, foram por meio de articulações com entidades, mandatos políticos, lideranças externas que apoiaram, mostrando os caminhos que deveriam ser seguidos, para que assim, ao retornarem na escala de poder local (prefeitura), estivesse suprimida qualquer negativa de concessão. Desta forma, um dos aprendizados que as assentadas e assentados elencam como fundamental é a busca de parcerias e informações baseadas nas entrelinhas da legislação. Essas fendas são apontadas por parceiros que

⁸ A pedido dos próprios camponeses, nas falas e entrevistas mencionadas, a informação dos nomes utilizados corresponderá aos originais das/os próprias/os assentadas/os.



acreditam na construção coletiva e no avanço da reforma agrária. As camponesas e camponeses também indicam como de fundamental importância o manter-se vinculados ao MST, participando das ações de luta, de solidariedade, de estudo, pois assim não perdem as diretrizes organizativas da luta pela terra.

Concomitante com as questões externas ao assentamento que influenciavam ou barravam a consolidação da Casa de Massas, as famílias camponesas conviviam com as contradições e tensões internas ao assentamento, pois o processo de consolidação do trabalho cooperado também enfrenta situações de resistência e preconceitos. Primeiramente, é necessário aceitar, compreender e construir outra forma de organização do trabalho, que não é a do trabalho familiar ao qual a família camponesa está habituada. Neste momento, a contradição que mais aflora é a necessidade de saber ouvir, analisar e ser protagonista da organização deste trabalho, alterando-o para um trabalho coletivo, em que há divisão do trabalho, em que têm protocolos a serem seguidos devido à necessidade de padronização da produção e à compreensão da metodologia do trabalho de forma cooperada. Aprendizados estes que foram acontecendo no cotidiano do trabalho, por meio de avaliações, de análise de erros e acertos, estudos, formações, visitas técnicas e ponderações que foram proporcionando conhecimentos e, sobretudo, a vontade de superação, foram fundamentais para o avanço coletivo e individual. A fala de uma camponesa assentada é ilustrativa do processo vivenciado.

No início, cada um queria fazer a sua receita de pão; umas gostavam do pão mais escuro, outras do pão mais claro, com mais ou menos açúcar. Até o número de vezes que era passada a massa no cilindro, a gente discordava e fazia diferente. Nas primeiras entregas, tinha uns feios. Eu ficava com vergonha de entregar uns. Mas não tinha o que fazer, demorou, mas arrumamos, hoje são bonitos, todos iguais. (Emília – camponesa trabalhadora da Casa de Massas Olga Benário).

Outro elemento considerado importante para o aprendizado coletivo e para a quebra de paradigmas e preconceitos foi a compreensão das camponesas e camponeses desta agroindústria de que todos os produtos que eram produzidos ali, colocados para consumo da sociedade local por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), do Programa Nacional de Aquisição de Alimentos (PAA) e das feiras livres, levavam de forma subliminar a identidade do trabalho cooperado e principalmente a identidade da Reforma Agrária para fora do assentamento. Essa compreensão foi fundamental para que esses sujeitos se dedicassem sem medir esforços para dar a melhor qualidade possível a estes produtos e conseguiram, pois os produtos se diferenciam tanto dos demais panificados locais que



atualmente a procura tem sido pela singularidade da qualidade e do sabor dos mesmos. Conforme relato de uma das assentadas:

Quando vou até a cidade, nas atividades físicas ou na igreja, encontro algumas clientes que vêm falar comigo por causa das cucas. Elas dizem que nenhuma padaria da cidade faz cuca igual às nossas, que as nossas têm gosto dos temperos. Sem falar das bolachas que vivem pedindo a receita, pois são muito gostosas (Irene – camponesa trabalhadora da Casa de Massas Olga Benário).

Por meio da qualificação do trabalho, que resultou em avanço na qualidade e padronização dos produtos, é possível visualizar a superação de conflitos que aconteceram/acontecem na formação desta cooperação, possibilitando que as camponesas e camponeses, antes criminalizados, hoje sejam reconhecidos pela sua capacidade organizativa e representação social, disputando narrativas na sociedade local. Assim, pode-se afirmar que a formação humana tem sido construída pelas camponesas e pelos camponeses na superação de muitas formas de exploração, opressão e discriminações sociais. E o trabalho cooperado assume a centralidade não como elemento constitutivo do ser humano e de suas relações sociais, mas como princípio, espaço formativo e educativo.

Desta forma, a Casa de Massas Olga Benário passa a ser uma das maneiras de expressão da práxis do trabalho camponês, pois, ao mesmo tempo que garante trabalho e renda para as famílias, transforma as relações sociais de trabalho, produzindo conhecimento, resistência e luta. Não se trata apenas de produzir alimento de qualidade, mas de produzir novas formas de relações de trabalho, de sociabilidade, de fazer política justa, buscando, por meio do trabalho cooperado, uma forma de emancipação, de formação humana em oposição ao trabalho individualizado e alienado.

No decorrer desta trajetória, muitos foram os momentos de análise das contradições postas pela realidade, porém também foram muitos os momentos de análise das conquistas obtidas. Os momentos que mais dão orgulho aos camponeses e camponesas que fizeram e fazem parte desta construção são as visitas realizadas por outros camponeses, por estudantes universitários, por entidades que têm como preocupação a vida no campo e a luta pela terra. Assim como mostra a Imagem 2. Na ocasião, as famílias receberam um grupo de camponeses franceses, que estavam em visita ao Brasil e solicitaram à agência de turismo a demanda de visita a um assentamento para conhecer a experiência de produção cooperada, agrofloresta e produção orgânica. Assim sendo, chegaram até o assentamento Olga Benário, onde foram recebidos para um café da manhã e um diálogo de troca de experiências e visita nos espaços produtivos.



Imagem 2 – Grupo de camponeses franceses e as camponesas e camponeses do Assentamento Olga Benário, janeiro de 2024.



Fonte: Imagem cedida pelo assentado Eduardo Rodrigues. Santa Tereza do Oeste. Jan. 2024.

Outra ação que é fundamental para alimentar a pertença ao trabalho, ao processo construtivo e dar energia para continuar resistindo, construindo e produzindo é a participação na Feira Nacional da Reforma Agrária e na Feira das Jornadas de Agroecologia, que acontecem no estado do Paraná. As camponesas e os camponeses sentem-se representados e participando de forma ativa destes eventos, por meio do envio dos produtos manipulados na Casa de Massas.

Imagem 3 – Macarrão Campo Vivo exposto na 5ª Feira Nacional da Reforma Agrária.



Fonte: Imagem cedida pelo assentado Eduardo Rodrigues. São Paulo, 2025.

A participação nestes eventos reforça a necessidade de estar vinculado a um processo organizativo ampliado, em que é possível perceber as demandas além do seu local. Assim, os



camponeses e camponesas seguem constituindo-se como agentes políticos e organizativos que buscam a superação da hegemonia social, e constituindo o assentamento em um espaço de resistência e existência camponesa.

A realidade ainda impõe desafios nessa construção; um deles é a sucessão familiar no trabalho cooperado. Muitos jovens das famílias passaram pelo trabalho, mas atualmente poucos permanecem, afirmando não quererem ficar no processo produtivo. Este elemento perpassa, além das questões do estudo, que leva o jovem a se distanciar do trabalho cooperado, muitas vezes por não conseguir conciliar. Este elemento deve ser analisado pela formação humana, pois os jovens não vivenciaram o processo construtivo desde o início de sua formação, pois eram crianças. Logo, na atualidade, as questões que foram sendo superadas por seus familiares neste processo construtivo não fazem parte de sua formação; é um processo histórico narrado pelos mais velhos, não faz parte de sua prática social. Conforme Saviani (2011), a prática social é o ponto de partida e de chegada da formação humana. Nesse sentido, os jovens do Olga Benário precisam construir suas práticas sociais a partir da leitura atual da realidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa em desenvolvimento tem contribuído para a compreensão da importância do debate agrário no Brasil. Ao buscar compreender o que ocorre no assentamento Olga Benário, evidencia-se o quanto a luta das camponesas e camponeses é necessária para sua existência e permanência no campo. Também se visibilizam as formas criativas de organização e a afirmação enquanto sujeitos aprendizes, capazes de se organizar coletivamente e superar dificuldades, analisando a realidade em que estão inseridos, visualizando fendas que possibilitem impulsionar algumas mudanças desta realidade. Desafios ainda permanecem, pois, como todo processo que busca analisar a realidade para colocar-se nela, não tem um fim, mas uma contínua busca de melhoria. Entre estas, avançar na produção e nas relações de trabalho de forma cooperada, constituindo este espaço em unidade produtiva que valoriza o empenho do trabalhador sem a exploração da força de trabalho. A busca pela consolidação de agroindústrias no campo, por meio de políticas públicas que viabilizem aos camponeses a permanência e a existência na relação com a terra, produzindo alimentos saudáveis, é fundamental.



REFERÊNCIAS

CALDART, R. S. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. 3.^a ed. São Paulo. Editora Expressão Popular, 2004.

DESLANDES, S. F.; GOMES, R. ; MINAYO, M. C. S. (org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25. ed. Petrópolis, RJ. Editora Vozes, 2007.

FERNANDES, B. M. MST: Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra: formação e territorialização em São Paulo. 2.^a ed. São Paulo. Editora Hucitec, 1999.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17.^a ed. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1987.

MARTINS, J. S. **O cativo da terra**. 10^a ed. São Paulo. Editora Contexto, 2010.

MITIDIERO, M. A. ; MOIZÉS, B. C. ; MARTINS, L. A. Parlamento parasitário, Executivo fascista amador e a dramática questão agrária brasileira. **Revista da ANPEGE**, v. 16. nº. 29, 2020. p. 600 – 640. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege>. Acesso em: 13/04/2025.

PARANÁ. **Diário Oficial do Estado do Paraná, Poder Executivo Estadual**. Curitiba, terça-feira, 03/jun/2025 - Edição nº 11915 – Disponível em: <https://www.documentos.dioe.pr.gov.br/>. Acesso em: 22 ago. 2025.

ROOS, D. **O aprendizado e resistência camponesa nos acampamentos e assentamentos de sem-terra em Quedas do Iguaçu/PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão, 2010.

SANTA CATARINA. **Diário Oficial do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis, quarta-feira, 15/Jan/2025. Edição nº 22431-A – Disponível em: <https://portal.doe.sea.sc.gov.br/>. Acesso em: 22 de ago. 2025.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.